



LISBOA IMAGINA

A NOVA BAUHAUS EUROPEIA

RELANÇAR O MOVIMENTO COOPERATIVO

CONCURSO PÚBLICO DE CONCEÇÃO
TERMOS DE REFERÊNCIA

HABITAÇÃO NO LARGO DO CABEÇO DA BOLA, ARROIOS



REABILITAÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL DEVOLUTO (12)
**Concurso de conceção para a elaboração do Projeto de edifícios de habitação
no Largo do Cabeço da Bola, na freguesia de Arroios**
SGPI N.º 0171-2022.138

TERMOS DE REFERÊNCIA
Procedimento ref.ª SRU_231709_CCS
junho de 2023

ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto e modalidade do concurso.....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º Assessoria técnica	5
Artigo 4.º Júri do Procedimento	5
Artigo 5.º Consulta do processo de concurso.....	5
Artigo 6.º Visitas ao local	6
Artigo 7.º Concorrentes e equipa projetista	6
Artigo 8.º Impedimentos.....	7
Artigo 9.º Dúvidas e Esclarecimentos	7
Artigo 10.º Documentos do Concorrente	8
Artigo 11.º Documentos que materializam os Trabalhos de Conceção.....	8
Artigo 12.º Modo de apresentação dos trabalhos.....	10
Artigo 13.º Lugar e prazo de apresentação de propostas	11
Artigo 14.º Apresentação de vários Trabalhos de Conceção	12
Artigo 15.º Apreciação dos Trabalhos de Conceção	12
Artigo 16.º Critério de seleção	13
Artigo 17.º Decisão de seleção	13
Artigo 18.º Prémios	13
Artigo 19.º Habilitações.....	14
Artigo 20.º Procedimento de ajuste direto para celebração de contrato de prestação de serviços.....	14
Artigo 21.º Direitos de autor e transferência de propriedade	15
Artigo 22.º Exposição pública dos trabalhos.....	15
Artigo 23.º Calendário.....	16
Artigo 24.º Processo de concurso.....	16

Artigo 1.º

Objeto e modalidade do concurso

1. Com vista à celebração de um contrato de prestação de serviços de elaboração do “*Projeto de edifícios de habitação no Largo do Cabeço da Bola, na freguesia de Arroios*”, em Lisboa será lançado, numa primeira fase, o presente concurso de conceção e, posteriormente, um procedimento de ajuste direto com convite à entidade selecionada no âmbito do presente concurso público de conceção.
2. O presente concurso de conceção reveste a modalidade de concurso de conceção, nos termos do artigo 219.º-A e seguintes do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, tendo o respetivo procedimento sido publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.
3. O presente concurso tem por objeto a seleção de 1 (um) trabalho de conceção, sendo que a respetiva entidade será posteriormente convidada, no âmbito de um procedimento de ajuste direto ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, a apresentar proposta para a elaboração do “*Projeto de edifícios de habitação para o Largo do Cabeço da Bola, na freguesia de Arroios*”, em Lisboa.
4. As pessoas individuais que integram uma pessoa coletiva não podem apresentar um ou mais Trabalhos de Conceção em nome individual com vista à cessão da posição contratual à pessoa coletiva que integram.
5. Os Trabalhos de Conceção objeto do presente concurso devem observar os requisitos constantes do Programa Preliminar que constitui o **ANEXO I** e que faz parte integrante dos presentes Termos de Referência, tendo em consideração que o projeto ordenador será o projeto de arquitetura, nos termos do estipulado na alínea p) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
6. O projeto a elaborar é de categoria III e é definida pela sua natureza como obra de edifícios, nos termos do artigo 11.º e do Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de julho, correspondendo à classe 5 de habilitação.
7. O concurso decorre sob anonimato nos termos do n.º 2 do artigo 219.º-B do CCP.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, S.A., pessoa coletiva n.º 507 023 129, com sede social na Praça do Município, n.º 31, 2.º andar, 1100-365 Lisboa, com os seguintes contactos:
 - Endereço eletrónico: info@lisboaocidentalsru.pt, Número de telefone: + 351 218 847 030.

2. A decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi aprovada por Deliberação do Conselho de Administração da Lisboa Ocidental SRU, a 6 de junho de 2023, no âmbito das competências do órgão para autorizar a despesa, aprovar as peças do procedimento e designar o Júri, de acordo com o disposto n.º 3 do artigo 36.º e artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 3.º

Assessoria técnica

O presente concurso de conceção conta com a assessoria técnica da Ordem dos Arquitetos - Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo (OA-SRLVT) na organização, divulgação e desenvolvimento do procedimento.

Artigo 4.º

Júri do Procedimento

1. O presente concurso é conduzido por um júri composto por 5 (cinco) membros efetivos, um dos quais presidirá e 3 (três) vogais suplentes, nomeados aquando da decisão de contratar do Conselho de Administração da Lisboa Ocidental SRU, indicando-se a respetiva identidade e habilitações profissionais no **ANEXO II** aos presentes Termos de Referência.

2. O Júri do Procedimento exercerá as suas funções de acordo e conforme o estabelecido nos artigos 68.º e 219.º-E do CCP.

3. As deliberações do Júri sobre a ordenação dos Trabalhos de Conceção apresentados ou sobre a exclusão dos mesmos por inobservância da descrição das características, das particularidades, das referências e de quaisquer outros requisitos que os trabalhos devem apresentar, têm carácter vinculativo para a Entidade Adjudicante, não podendo ser alteradas depois de conhecida a identidade dos Concorrentes, de acordo com a norma do n.º 3 do artigo 219.º-E do CCP.

4. O Júri terá o apoio de 2 (dois) consultores, identificados no ANEXO II aos presentes Termos de Referência que, sem direito de voto, prestarão esclarecimentos e informações sobre condicionantes técnicas dos Trabalhos de Conceção.

5. Os trabalhos do Júri são apoiados pelo gestor do procedimento a designar por deliberação da Entidade Adjudicante.

Artigo 5.º

Consulta do processo de concurso

1. Os Termos de Referência e seus anexos encontram-se patentes na plataforma eletrónica, com endereço em www.vortal.biz/pt-pt, na área VortalGov, desde a data da publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.
3. Para ter acesso à plataforma VortalGov, o Concorrente deverá efetuar o registo no endereço eletrónico www.vortal.biz/pt-pt/login/, preenchendo aí o formulário de pré-adesão.
4. Os Termos de Referência e os seus anexos encontram-se também disponíveis no site da Lisboa Ocidental SRU: <http://www.lisboaocidentalsru.pt/> e da OA-SRLVT: <http://encomenda.oasrs.org>.
5. Qualquer interessado que proceda ao descarregamento do processo de concurso, independentemente da apresentação, ou não, a concurso de Trabalho de Conceção, não poderá utilizar os elementos integrantes do mesmo para fins diversos aos estipulados nos presentes Termos de Referência, observando assim os direitos que se encontram protegidos.
6. Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica VortalGov, contudo a notificação da decisão de seleção (Relatório Final de Júri) será também remetida via correio eletrónico.
7. A publicação de todas as notificações e comunicações relativas ao concurso são da responsabilidade da Entidade Adjudicante.
8. Apesar do registo na referida plataforma eletrónica não ter quaisquer custos associados, para efetuar qualquer comunicação direta com a Entidade Adjudicante são necessários selos temporais.

Artigo 6.º

Visitas ao local

Os interessados poderão visitar livremente o local a que se refere o objeto do concurso.

Artigo 7.º

Concorrentes e equipa projetista

1. Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, podem apresentar Trabalhos de Conceção, até à data prevista para o efeito, pessoas singulares ou coletivas nos termos do artigo 53.º do CCP.
2. Cada Concorrente deve formar uma equipa projetista cuja coordenação tem de ter as habilitações constantes da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e da Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril, para a classe de obra a realizar.

3. A equipa projetista formada pelo Concorrente deve ainda integrar, no mínimo, e para além do coordenador do projeto, os membros que assegurem as especialidades necessárias à elaboração dos seguintes projetos:

- i. Projeto de Arquitetura;
- ii. Plano de Acessibilidades;
- iii. Projeto de Fundações e Estruturas, Demolições, Escavação e Contenção Periférica, incluindo Plano de Sondagens e de Prospeção Geotécnica;
- iv. Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Águas e Esgotos, incluindo Rede de Incêndio;
- v. Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas Elétricos;
- vi. Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de AVAC;
- vii. Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicações;
- viii. Projeto de Segurança Contra Incêndios (SCIE);
- ix. Estudo Comportamento Térmico.

4. Para além das especialidades acima exigidas, a equipa projetista deve, para efeitos do futuro desenvolvimento do projeto a contratar ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, incluir os membros que assegurem as especialidades necessárias à elaboração dos estudos a que se refere a cláusula 1.3 do Caderno de Encargos.

Artigo 8.º

Impedimentos

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades (singulares ou coletivas) que se encontrem impedidas pelas situações previstas nos artigos 55.º e 55.º-A do CCP.
2. Os membros de um agrupamento Concorrente não podem ser simultaneamente concorrentes a título individual ou integrar diferentes agrupamentos Concorrentes, subscrevendo, simultaneamente, diferentes Trabalhos de Conceção.

Artigo 9.º

Dúvidas e Esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica www.vortal.biz/pt-pt/login/, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o n.º 1 são prestados por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, dentro do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5. No caso de não ser possível disponibilizar os esclarecimentos previstos no n.º 3 ou proceder às necessárias retificações das peças, tal como previsto no ponto anterior, haverá lugar à prorrogação de prazo para a entrega dos Trabalhos de Conceção, observando-se o disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores serão disponibilizados a todos os Concorrentes na plataforma www.vortal.biz/pt-pt e no site da OA-SRLVT: <http://encomenda.oasrs.org>.

7. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.ºs 3 a 4 do presente artigo, fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º

Documentos do Concorrente

1. Os Concorrentes devem apresentar os seguintes documentos:

a) Boletim de identificação (ANEXO IV)

- Os Concorrentes devem apresentar um Boletim de Identificação, nos termos do **ANEXO IV** aos presentes Termos de Referência, que contenha a respetiva identificação e contactos, bem como a constituição nominativa da equipa projetista referida no artigo 7.º, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus elementos;

- O Boletim de Identificação deve ser assinado pelo Concorrente ou, quando se trate de uma pessoa coletiva, pelos respetivos representantes legais, indicando a qualidade em que assinam. Neste último caso, o Boletim de Identificação deve ser acompanhado de instrumento que comprove os poderes dos signatários.

b) Declaração de cumprimento do custo de obra estimado (ANEXO V)

Os Concorrentes devem apresentar a declaração de cumprimento do custo de obra estimado nos termos do **ANEXO V** aos presentes Termos de Referência, através da qual o Concorrente garante desenvolver o projeto de forma que o custo de construção não exceda o valor estimado.

2. Os documentos de identificação dos Concorrentes devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente certificada.

Artigo 11.º

Documentos que materializam os Trabalhos de Conceção

1. Para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 1 do artigo 219.º-D do Código dos Contratos Públicos, os Trabalhos de Conceção a apresentar devem observar os requisitos estabelecidos no Programa Preliminar e possuir a forma de Programa Base, conforme n.º 1 do artigo 219.º-A do Código dos Contratos Públicos, e atendendo ao exigido nos números 3 e 4 do presente artigo.

2. Os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente certificada.

3. Os Trabalhos de Conceção devem obrigatoriamente, e sob pena de exclusão, ser apresentados através dos seguintes elementos:

3.1 Caderno A3

Os Concorrentes devem apresentar um caderno A3 em papel, formatado em DIN A3 (297mm x 420mm), com orientação horizontal, com o número máximo de 15 (quinze) páginas, com todas as páginas numeradas, incluindo a capa. Na primeira página deve existir menção à identificação do presente concurso e ao número total de páginas. O documento deve incluir as seguintes peças escritas/ desenhadas:

a) Memória Descritiva e Justificativa com o máximo de 12.000 caracteres (incluindo espaços) que descreva e justifique a conceção preconizada e as opções tomadas, acompanhada por todos os elementos gráficos necessários para a sua compreensão, contendo os princípios gerais de conceção da solução proposta com especial enfoque na aplicação do Programa Preliminar fornecido e a sua adaptação ao contexto do local da obra, devendo incluir os seguintes capítulos na ordem indicada:

1. **Conceito geral** (síntese sobre os aspetos inovadores na conceção da solução);
2. **Integração** (síntese sobre a relação que a proposta estabelece com o espaço público envolvente e com o espaço exterior privado);
3. **Acessibilidade e espaço público** (síntese sobre as opções relativamente aos espaços exteriores, acessos viários e pedonais);
4. **Organização interna** (síntese sobre as opções de organização interna, circulação e organização dos espaços comuns);
5. **Tipologias** (síntese sobre a distribuição das diferentes tipologias e referências às especificidades espaciais / funcionais das mesmas);
6. **Soluções de eficiência energética e sustentabilidade** (síntese sobre a implementação de medidas que contribuam para a eficiência energética e sustentabilidade do edifício, incluindo diagrama definindo a estratégia e o conceito de sustentabilidade propostos);
7. **Enquadramento na legislação em vigor** (incluindo enquadramento específico na legislação aplicável relativa a Habitação a Custos Controlados, nomeadamente o cumprimento da Portaria nº 281/2021, de 3 de dezembro, com majoração máxima de 20% de acordo com o ponto 2.25 do código do IVA);
8. **Viabilidade técnica e financeira** – Síntese sobre a adequabilidade do sistema construtivo (fundações, estrutura, cobertura, paredes, etc.). Identificação de materiais propostos e das soluções construtivas propostas, nomeadamente fachadas, vãos, varandas, transições com o exterior ao nível do piso térreo e cobertura, incluindo:
 - adequabilidade do sistema construtivo e materiais,
 - durabilidade dos materiais,
 - custos de manutenção e ciclo de vida do edifício,

- enquadramento na estimativa de custos de obra definida, indicando e justificando os valores / m², por especialidade.
- b) Quadros de áreas** que expressem as áreas consideradas para cada tipologia, para cada piso e para a totalidade do edifício, tendo em conta o definido no Programa Preliminar fornecido e a sua adaptação ao contexto do local da área de intervenção, conforme matriz apresentada no **ANEXO III** dos presentes Termos de Referência;
- c) Planta de implantação**, escala 1:500, realizada ao nível das coberturas com indicação clara dos acessos e entradas, e ser acompanhada da orientação Norte;
- d) Plantas dos pisos** considerados relevantes para a representação da solução proposta com a apresentação clara das unidades habitacionais, identificando as correspondentes tipologias e as respetivas áreas determinadas de acordo com os critérios da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, com a redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 281/2021, de 3 de dezembro, que regula o regime da Habitação a Custos Controlados, podendo estes parâmetros serem majorados no máximo em 20%;
- e) Cortes e alçados**, considerados relevantes para a representação da solução proposta, com a definição das formas e volumes, evidenciando a relação com a topografia envolvente. Estes elementos devem evidenciar as eventuais movimentações de terras apresentando, a tracejado, o perfil do terreno existente, quando este for distinto do perfil projetado. Devem ser evidenciados os pés-direitos (no caso dos cortes) e as distâncias piso a piso (no caso dos alçados).

3.2 Documentos digitais

Os Concorrentes devem entregar uma *pen drive*, apenas para efeitos de exposição e divulgação a promover pela Entidade Adjudicante, a qual deve apresentar, no rosto, uma etiqueta da qual conste a identificação do concurso, contendo os seguintes elementos:

- Ficheiro único com caderno DIN A3 em .PDF (min. 300 dpi, formato A3) nomeado como **Caderno_A3.pdf**, não podendo a sua dimensão ultrapassar 40MB;
- Ficheiro tamanho A4 em formato .DOC com síntese da Memória Descritiva com um máximo de 2500 caracteres (incluindo espaços), intitulado **Memória descritiva.doc**;
- 5 (cinco) ficheiros em formato JPEG (min. 300 dpi) com peças gráficas tidas como relevantes pelo Concorrente para a divulgação da proposta, não podendo a dimensão de cada um dos ficheiros ultrapassar 10 Mb, intitulados **Imagem 1.jpg, Imagem 2.jpg, Imagem 4.jpg, Imagem 5.jpg**.

4. Não é permitida aos Concorrentes a apresentação de maquetas da solução proposta, embora se admita a inclusão de fotografias das mesmas.

Artigo 12.º

Modo de apresentação dos trabalhos

1. Os documentos previstos no artigo 10.º e no ponto 3.2 do artigo 11.º dos presentes Termos de Referência devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra “**Concorrente**” e a designação do presente concurso.

2. Os documentos previstos nos pontos 3.1 do artigo 11.º devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra “**Proposta**” e a designação do presente concurso.
3. Os dois invólucros referidos nos números anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina “**Invólucro exterior**”, no qual se deve indicar apenas a designação do presente concurso de “*Projeto dos edifícios de habitação no Largo do Cabeço da Bola, na freguesia de Arroios*”, e da Entidade Adjudicante “Lisboa Ocidental SRU”.
4. Todos os documentos previstos no artigo 11.º, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos Concorrentes, não podendo contar qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.
5. Todos os documentos informáticos deverão garantir o disposto no número anterior, nomeadamente ao nível das propriedades e meta-dados não incluídos no conteúdo visível dos ficheiros, mas acessíveis de algum modo através dos sistemas operativos e/ou programas informáticos.

Artigo 13.º

Lugar e prazo de apresentação de propostas

1. O “Invólucro exterior” referido no n.º 3 do artigo anterior pode ser entregue diretamente ou enviado por correio registado com aviso de receção, devendo a receção ocorrer, em qualquer dos casos, até às 17:00 do 42.º (quadragésimo segundo) dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação no *Diário da República* (II Série) e no Jornal Oficial da União Europeia, nas instalações da Lisboa Ocidental SRU, Praça do Município, n.º 31, 2.º andar - 1100-365 LISBOA, ao cuidado da Direção de Coordenação de Projetos e Obras.
2. No caso de a entrega ser feita diretamente, ao apresentante (que não pode indicar qualquer indício sobre a identidade do concorrente), é fornecido um recibo comprovativo da entrega, do qual constará um número de ordem chegada, devendo ser datado e com hora de entrega, sem qualquer identificação nem menção do nome do apresentante.
3. Se o invólucro referido no n.º 3 do artigo anterior for enviado por serviço postal, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verificarem, não podendo por isso considerar-se tempestivamente apresentados os documentos que deem entrada depois da data e hora limites referidas no n.º 1 do presente artigo, ainda que o invólucro que os contenha tenha sido expedido anteriormente.
4. Os concorrentes devem inscrever-se na Plataforma VortalGov, onde serão feitas todas as comunicações deste procedimento.

Artigo 14.º

Apresentação de vários Trabalhos de Conceção

Cada Concorrente pode apresentar apenas um Trabalho de Conceção, não sendo admitidas variantes.

Artigo 15.º

Apreciação dos Trabalhos de Conceção

1. O Júri procede à apreciação dos Trabalhos de Conceção apresentados depois de abertos os invólucros que contêm os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção apresentados pelos Concorrentes e elabora um Relatório Final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentalmente:

a) A exclusão dos Trabalhos de Conceção:

- i. Caso a proposta tenha sido apresentada após o termo do prazo fixado no n.º 1 do artigo 13.º;
- ii. Se os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção, ou os invólucros referidos no artigo 12.º, contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores (quebra de anonimato);
- iii. Se o Boletim de Identificação da equipa projetista (Anexo IV) não for integralmente preenchido com os nomes dos autores dos projetos das especialidades previstas no n.º s 7 e 8 do artigo 7.º dos presentes Termos de Referência;
- iv. Se não forem entregues os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção, de acordo com o disposto no artigo 11.º dos presentes Termos de Referência;
- v. Se os documentos que materializam os Trabalhos de Conceção, no seu todo ou em parte, forem divulgados por qualquer meio, antes de conhecido e tornado público o Relatório Final do Júri, onde conste a seleção, a ordenação dos Trabalhos de Conceção e a identidade dos concorrentes;
- vi. Se um Concorrente integrar mais do que uma equipa projetista ou apresentar mais do que um Trabalho de Conceção.

b) No que respeita a situações de inobservância de formalidades não essenciais no âmbito dos documentos que materializam os trabalhos de conceção, o Júri pode, após análise e deliberação por unanimidade, decidir pela não exclusão.

c) A ordenação dos Trabalhos de Conceção apresentados de acordo com o critério de seleção definido no artigo seguinte.

d) A proposta, ao órgão referido no n.º 1 do artigo 2.º, de seleção do Trabalho de Conceção ordenado em 1.º lugar para desenvolvimento do procedimento subsequente nos termos do artigo 20.º.

2. Em caso de empate entre Trabalhos de Conceção na ordenação referida na alínea c) do n.º 1, será utilizada, como critério de desempate, a classificação no fator "*Qualidade e coerência da solução conceptual*".

3. Se a situação de empate se mantiver será aplicado o mesmo processo, fazendo uso das classificações de acordo com os fatores das alíneas b) do n.º 1 do artigo seguinte.

4. O Júri do concurso só pode ter acesso aos documentos que contenham a identificação dos concorrentes depois de integralmente cumprido o disposto nos números anteriores.

Artigo 16.º

Critério de seleção

1. A seleção dos Trabalhos de Conceção é realizada de acordo com os seguintes fatores de avaliação e respetivas ponderações:

- a) Qualidade e coerência da solução conceptual – 30% (C1)
- b) Racionalidade construtiva e exequibilidade financeira – 25% (C2)
- c) Adequação aos objetivos do Programa Preliminar – 15% (C3)
- d) Integração e relação com a envolvente – 15% (C4)
- e) Sustentabilidade e aspetos de manutenção futura – 15% (C5)

2. Para a pontuação dos fatores enunciados no número anterior, será utilizada uma escala de 1 a 10, de acordo com os critérios explicitados para cada fator.

3. A pontuação das propostas será obtida pela soma das pontuações ponderadas resultantes dos 5 fatores identificados no ANEXO VI – Critérios para Pontuação, arredondadas à décima, conforme a fórmula seguinte:

Classificação = ((Fator C1) x 0,30) + ((Fator C2) x 0,25) + ((Fator C3) x 0,15) + ((Fator C4) x 0,15) + ((Fator C5) x 0,15)

Artigo 17.º

Decisão de seleção

1. A Entidade Adjudicante seleciona, de acordo com o teor e as conclusões do Relatório Final, a proposta ordenada no 1.º lugar e decide a atribuição dos prémios previstos para as propostas ordenadas em 1.º, 2.º e 3.º lugares.

2. A decisão de seleção e a atribuição dos prémios é notificada a todos os Concorrentes, via plataforma eletrónica, com o endereço indicado no artigo 5.º e correio eletrónico.

Artigo 18.º

Prémios

1. A cada um dos Concorrentes cujo trabalho de conceção recaía a decisão de seleção é atribuído um prémio nos seguintes termos:

- a) Ao Concorrente que apresente o Trabalho de Conceção ordenado em primeiro lugar, um prémio no valor de 7.000,00 € (sete mil euros);
- b) Ao Concorrente que apresente o Trabalho de Conceção ordenado em segundo lugar, um prémio de participação no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros);

c) Ao Concorrente que apresente o Trabalho de Conceção ordenado em terceiro lugar, um prémio de participação no valor de 3.000,00 € (três mil euros).

2. Os valores identificados no número anterior incluem impostos, se devidos, mas estão isentos de IVA, com exceção do prémio do primeiro lugar.

3. Aos autores dos restantes Trabalhos de Conceção, que se distingam pela criatividade e inovação ao nível das soluções apresentadas poderão ser atribuídas Menções Honrosas de natureza não pecuniária.

4. Todos os prémios referidos no número 1 são pagos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de notificação da decisão de seleção de trabalhos e de atribuição de prémios, mediante apresentação dos comprovativos que evidenciem que o premiado não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, bem como da habilitação do concorrente e do coordenador de projeto, nos termos do artigo seguinte.

5. Os Trabalhos de Conceção não premiados nos termos dos números anteriores ficam à disposição dos respetivos autores nas instalações referidas no n.º 1 do artigo 2.º, cessando a responsabilidade do órgão com competência para a decisão de seleção pelo seu depósito no prazo de 30 (trinta) dias a contar do encerramento da exposição pública dos Trabalhos de Conceção prevista no artigo 21.º dos presentes Termos de Referência.

Artigo 19.º

Habilitações

1. O Concorrente sobre cujo Trabalho de Conceção recaia a decisão de seleção deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão, documento comprovativo que a equipa projetista identificada se encontra legalmente habilitada para elaborar os respetivos projetos em território nacional, e certidão específica que comprove que o coordenador cumpre o estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º dos Termos de Referência do concurso.

2. No caso de caducidade da decisão de seleção em resultado do incumprimento do disposto no número anterior pelo Concorrente cujo Trabalho de Conceção haja sido selecionado, o órgão com competência para a decisão de seleção seleciona o trabalho de conceção ordenado em lugar imediatamente subsequente.

Artigo 20.º

Procedimento de ajuste direto para celebração de contrato de prestação de serviços

1. Com a entrega do comprovativo de habilitação do coordenador de projeto nos termos do artigo anterior é dado por finalizado o Concurso de Conceção, iniciando-se o desenvolvimento do procedimento de ajuste direto para a celebração de um contrato de prestação de serviços, convidando, para o efeito o concorrente cujo trabalho de Conceção foi selecionado em primeiro lugar, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 219.º-I do Código dos Contratos Públicos.

2. O presente procedimento de seleção de Trabalho de Conceção para elaboração do “Projeto dos edifícios de habitação no Largo do Cabeço da Bola, na freguesia de Arroios”, não garante a celebração de contrato de elaboração do projeto respetivo.

3. O Caderno de Encargos do contrato a celebrar é o que se encontra patente nas peças do presente procedimento.

Artigo 21.º

Direitos de autor e transferência de propriedade

1. O conteúdo patrimonial dos direitos autorais sobre todos os documentos que materializam o Trabalho de Conceção sobre o qual recaia a decisão de atribuição de prémio considera-se transmitido para a Entidade Adjudicante.

2. Com a participação no presente concurso, os Concorrentes, cujos trabalhos venham a ser hierarquizados, desde já autorizam a Entidade Adjudicante e a Ordem dos Arquitectos a utilizar os documentos que materializam o trabalho de conceção e os documentos digitais de divulgação para efeitos de exposição dos trabalhos, publicação de catálogo ou divulgação online dos resultados do concurso.

3. O disposto no número anterior aplica-se, igualmente, à autorização para consulta pública na sede da Entidade Adjudicante, nomeadamente para consultas no âmbito académico.

Artigo 22.º

Exposição pública dos trabalhos

1. Após a notificação de seleção prevista no artigo anterior, a Entidade Adjudicante poderá promoverá uma exposição pública dos Trabalhos de Conceção admitidos.

2. Os Trabalhos a exhibir na exposição serão os mesmos que tiverem sido entregues com os Trabalhos de Conceção pelo que, posteriormente ao encerramento do concurso, não é permitido introduzir-lhes alterações que não sejam as decorrentes da necessidade de reparação de qualquer dano, entretanto, ocorrido com o seu manuseamento.

3. Para efeitos da exposição referida no n.º 1 podem ainda ser apresentados, se solicitados, outros elementos que considerem pertinentes para a compreensão do projeto.

4. O local data e hora de abertura da exposição serão anunciados nos meios de comunicação social e transmitidos a todos os Concorrentes.

5. Uma vez encerrada a exposição, a Entidade Adjudicante notificará todos os Concorrentes para, se assim o pretenderem, recolherem os respetivos trabalhos, cessando a responsabilidade da Entidade Adjudicante pelo seu depósito no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação referida no número anterior.

Artigo 23.º

Calendário

1. O calendário do Concurso, a iniciar com a data do envio do respetivo Anúncio para publicação na II Série do *Diário da República* será o seguinte:

- a) Pedidos de esclarecimento: até ao 20.º (vigésimo) dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR;
- b) Respostas aos pedidos de esclarecimento: até ao 40.º (quadragésimo) dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR;
- c) Receção dos trabalhos: até às 17 horas do 60.º (sexagésimo) dia após a data de envio do Anúncio para publicação no DR;
- d) Notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios, aos concorrentes: nos 30 (trinta) dias subsequentes à data da conclusão do Relatório Final;
- e) Prazo para apresentação dos documentos de habilitação: nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à data da notificação;
- f) Pagamento dos prémios: no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de notificação da decisão de seleção e de atribuição de prémios;
- g) Exposição pública dos trabalhos: data e local a definir;
- h) Levantamento dos trabalhos: até 30 (trinta) dias após a data de encerramento da exposição.

2. Os prazos indicados são contados em dias seguidos de calendário, exceto a alínea e) do número anterior.

3. Com a publicação do anúncio no DR, serão divulgadas, nos sítios designados no artigo 5.º, as datas correspondentes aos prazos indicados até à receção dos trabalhos.

Artigo 24.º

Processo de concurso

O processo do concurso é constituído pelos presentes Termos de Referência e respetivos anexos, que integram os elementos escritos, gráficos e demais documentos necessários ao suporte do estudo e desenvolvimento do objeto do concurso, de acordo com a lista a seguir apresentada:

a) **TERMOS DE REFERÊNCIA**, com os seguintes anexos:

ANEXO I - Programa Preliminar e respetivos anexos:

ANEXO I.A – Planta geral da área de intervenção (.dwg e .dwf)

ANEXO I.B – Pedido de Informação Prévia (.pdf)

ANEXO I.C - Ortofotomapa (.jpg e .pdf)

ANEXO I.D – Levantamento topográfico e arquitetónico (.dwg e .dwf)

ANEXO I.E – Levantamento fotográfico (.jpg e .pdf)

ANEXO I.F – Cadastros de infraestruturas (.pdf)

ANEXO I.G – Plantas do PDM (.pdf)

ANEXO I.H – Processo do Arquivo CML - n.º 397/SEC/PG/1932 (.pdf)

ANEXO I.I – Extratos da Cartografia (.pdf)

ANEXO I.J – Fichas de Edificado (.pdf)

ANEXO II – Deliberação de designação de Júri

ANEXO III – Modelo de quadros de áreas

ANEXO IV – Boletim de Identificação

ANEXO V – Declaração de compromisso

ANEXO VI – Critérios para pontuação

ANEXO VII – Declaração de quitação

- b) **CADERNO DE ENCARGOS** do procedimento de ajuste direto a lançar posteriormente ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP;
- c) **ANÚNCIO**: Documento comprovativo da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.